

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.270 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2001

Senado aprova empréstimo externo para desenvolvimento do Pantanal

Crédito de US\$ 82,5 milhões obtido no BID, somado a uma contrapartida nacional de igual valor, financiará a primeira etapa de programa destinado a desenvolver atividades econômicas na região sem prejudicar o meio ambiente



Pedido de financiamento para o Pantanal recebeu diversas manifestações de apoio em Plenário

O Senado aprovou ontem resolução que autoriza o governo federal a tomar empréstimo de US\$ 82,5 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar a primeira fase do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal Mato-Grossense. Os recursos serão usados em infra-estrutura para promover o desenvolvimento de atividades econômicas na região sem prejudicar o meio ambiente. Na primeira fase, além dos recursos do BID, outros US\$ 82,5 milhões serão destinados ao programa pela União e pelos governos de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

PÁGINA 3

Presidente do BC fala hoje a comissões do Congresso

PÁGINA 3

CRE avalia impacto do ingresso do Brasil na Alca

PÁGINA 6

Conselho de Ética define rumos do processo contra ACM

Ramez Tebet espera receber resultados da nova perícia na fita da conversa entre ACM e procuradores



PÁGINA 8

Subcomissão da CI investigará afundamento de plataforma

PÁGINA 5

Projeto que disciplina uso de silicone entra na pauta da CAS

A Comissão de Assuntos Sociais deverá votar, na reunião de hoje, projeto de lei da Câmara que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone.

PÁGINA 5

Jader prevê aprovação da nova tabela do IR

O presidente do Senado, Jader Barbalho, previu ontem a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei que corrige a tabela do Imposto de Renda, já votado no Senado.

PÁGINA 2



Jader enviará a Aécio Neves manifestação de apoio à proposta de Paulo Hartung



Carlos Wilson pede a colaboração dos funcionários para a campanha

Carlos Wilson anuncia esforço para reduzir gastos com energia

O Senado pretende cortar 10% dos gastos com energia elétrica, o que representará economia de R\$ 30 mil mensais.

PÁGINA 6

Jader prevê aprovação de nova tabela do Imposto de Renda

Presidente do Senado diz que o PMDB deve fechar questão em favor do projeto que eleva as deduções estabelecidas para as pessoas físicas

O presidente do Senado, Jader Barbalho, considerou positivo o projeto do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que eleva as deduções estabelecidas nas declarações do Imposto de Renda (IR). A proposta já foi aprovada pelo Senado e está na pauta da Câmara dos Deputados.

Jader revelou que enviaria ainda ontem aos deputados Aécio Neves, presidente da Câmara, e Michel Temer, presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, manifestação por escrito de apoio à proposta de Paulo Hartung. "Entendo que seja um projeto de justiça fiscal, fundamentalmente em favor dos assalariados", comentou.

Na avaliação do presidente do Senado, os trabalhadores não podem "ver o governo corrigir na hora de cobrar e não corrigir na hora de beneficiar aquele que declara o Imposto de Renda e, particularmente, aqueles que vivem apenas de seus salários". O senador entende que o projeto não deverá provocar queda na arrecadação federal.

— Os recursos todos caminham na economia, e se houver recursos nas mãos dos assalariados evidente que eles vão consumir. Consumindo, inevitavelmente aquece-se a economia e o governo continua ampliando sua arrecadação. O país não é um escritório de contabilidade, somos uma



Em defesa das alterações no IR, Jader Barbalho declarou que "o país não é um escritório de contabilidade"

sociedade em que todos desejamos participar e crescer — destacou Jader Barbalho.

O senador disse ainda que o PMDB "vai fechar com essa questão e aprovar o projeto". A ameaça do presidente da República de vetar o projeto, caso seja aprovado pelo Congresso, não impressiona o presidente do Senado.

— Nessa negociação, acho que o Executivo vai acabar se convencendo de que é necessário fazer justiça fiscal — argumentou.

Com relação à criação da Corregedoria da União para apuração de irregularidades no Executivo e combate a casos de corrupção, Jader reafirmou seu apoio à iniciativa e sua confiança nos resultados do trabalho da instituição. Ele lembrou que todos os ministérios têm suas unidades de controle interno para realizar essas apurações e observou que "o Estado

tem toda uma estrutura capaz de acompanhar diariamente os problemas que possam ocorrer com a administração".

A insistência da oposição em favor da criação de uma CPI para investigar casos de corrupção, na avaliação de Jader, "é perfeitamente compreensível no jogo democrático". Ele disse que já foi de oposição e acha legítima a ação dos opositoristas, "como é legítima a ação daqueles que fazem parte da base do governo de ajudá-lo a superar suas dificuldades".

O senador evitou comentar as versões divulgadas pela mídia dando conta de que o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), relator do processo sobre suposta quebra de decoro parlamentar por parte do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), examinado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, não encontrou elementos concretos para dar um parecer adverso ao senador baiano. O conselho analisa a questão do encontro do parlamentar com procuradores da República e as versões divulgadas em torno das fitas com a gravação daquela conversa.

— Prefiro aguardar, pois nós no Parlamento trabalhamos com o coletivo. Nossas decisões não são individuais, são sempre decisões coletivas. Daí prefiro aguardar a conclusão dos trabalhos. Aí, haverá a manifestação do Conselho de Ética — afirmou.

Senador recebe embaixadores e presidente do TCU

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu na manhã de ontem o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Humberto Souto, além dos embaixadores de Israel, Daniel Gazit, e

da Rússia, Vassili Gromov. Os encontros tiveram caráter protocolar: foram visitas de cortesia ao novo presidente do Senado. Jader aproveitou a oportunidade para destacar aos diplomatas seu interesse

em contribuir para o estreitamento das relações brasileiras com Israel e a Rússia. Também reafirmou a Humberto Souto a disposição de manter a cooperação existente entre o Senado e o TCU.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

11h — Recebe a senadora Heloisa Helena, acompanhada das deputadas Jandira Feghali e Iara Bernardi

11h30 — Recebe o ministro Carlos Velloso, presidente do Supremo Tribunal Federal, acompanhado do juiz conselheiro José Manoel da Costa, presidente do Supremo Tribunal Constitucional Português

12h — Recebe o deputado Raimundo Santos, acompanhado do pastor da Assembleia de Deus de Belém

12h30 — Recebe a comissão de prefeitos da Confederação Nacional de Municípios

18h — Recebe prefeitos do Pará

18h30 — Participa da abertura da exposição de fotografias de Sebastião Salgado. *Salão Negro do Congresso Nacional*

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 7/96, que trata da discussão e votação dos projetos que interferem nas relações federativas; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 87/99, que dispõe sobre a constituição de guardas municipais; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 10/00, que proíbe a instituição de imposto sobre cadernos escolares; PLS nº 215/97, que assegura ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário; PLS nº 76/99, que estende aos avós o direito de visita aos netos; PLC nº 29/99, que amplia o direito de visitas aos filhos para os avós paternos e maternos; votação nominal do PLS nº 213/99-Complementar, que altera o mandato de senador; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; PR nº 80/00, que autoriza a Petrobras a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento em R\$ 3,3 bilhões; PR nº 5/01, que institui o Grupo Parlamentar Canadá-Brasil.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 50/00, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador de futebol; PLS 655/99, que dispõe sobre as relações de emprego beneficiadas por incentivos; PLS nº 225/00, que concede seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 23/00, que dispõe sobre o regime de concessão e prestação de serviços públicos; PLS nº 194/99, que estabelece normas para as eleições para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do presidente e do vice-presidente do Conselho Deliberativo do Vasco da Gama, Antônio Gomes da Costa e Amadeu Pinto da Rocha. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão Mista do Código Florestal

Pauta: eleição do vice-presidente e votação do novo parecer do relator da MP nº 2.080, que propõe mudanças no Código Florestal e na legislação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

14h30 — Reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle do Senado; e de Finanças e Tributação, Indústria e Comércio, e Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara
Pauta: exposição do presidente do BC, Arminio Fraga, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, que o obriga a apresentar avaliação periódica das políticas monetárias, creditícia e cambial. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

17h — Comissão Mista que examina a MP nº 2091-18, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

Após a Ordem do Dia — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado

Pauta: discussão do processo que investiga se o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) feriu o decoro parlamentar na conversa mantida com três procuradores da República, em fevereiro. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: apreciação de diversas matérias, destacando-se: o relatório das atividades do TCU, referente a 1995; as demonstrações contábeis de 1997 do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO); e auditoria de desempenho realizada no Ibama para identificar falhas no processo de arrecadação. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 4*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 87/99, que trata da constituição de guardas municipais; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 10/00, altera o alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal (veda instituir imposto sobre cadernos escolares); discussão, em turno suplementar, do substitutivo do Senado ao PLC nº 113/95, que dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; PLS nº 187/99, modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; PLS nº 110/00, denomina Rodovia Governador Ene Garcez a Rodovia BR-401; PLS nº 140/00, denomina Rodovia Luiz Otávio Corrêa de Melo trecho da BR-401 (RR); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; PR nº 25/99, cria capela ecumênica em dependências do Senado; e Requerimento nº 100/01, do senador Osmar Dias, solicitando o retirado, em caráter definitivo, do PLS nº 12/01, de sua autoria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quinta-feira

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do ex-presidente de Finanças do Clube de Regatas do Flamengo e da contadora do clube, Maria Ângela Alves Luz. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: debate com o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, sobre o crescimento da dívida pública e dos gastos da União com o pagamento de juros. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreira Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovado empréstimo para desenvolver o Pantanal

Crédito de US\$ 82,5 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), somado a igual investimento da União e de dois estados, permitirá a execução da primeira fase do programa de desenvolvimento sustentável da região

Vai à Câmara projeto que garante crédito para microempresas e táxis

Em turno suplementar, os senadores aprovaram o substitutivo do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) ao projeto do ex-senador Humberto Lucena que determina que R\$ 1 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) seja depositado em conta especial remunerada da Caixa Econômica Federal,



Ornélas é autor do substitutivo aprovado ontem

para movimentação imediata. A proposta segue para apreciação da Câmara dos Deputados.

Segundo o substitutivo, 70% dos recursos deverão ser destinados a linhas de crédito para pequenas e microempresas que atuam na produção, comércio e prestação de serviços. O restante (R\$ 300 milhões) será usado em empréstimos para a aquisição de automóveis para o transporte autônomo de passageiros, em cidades com mais de 50 mil habitantes.

O Plenário realizou na sessão de ontem o segundo dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que proíbe a incidência de impostos sobre o papel

destinado à produção de cadernos escolares. A iniciativa da PEC é do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e, caso não sejam apresentadas emendas em Plenário, a matéria, que tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), estará pronta para votação na próxima semana de trabalhos legislativos.

Cinco projetos de decreto legislativo também foram aprovados ontem, confirmando os atos do Ministério das Comunicações que renovam ou outorgam as autorizações para o funcionamento de rádios nas cidades de Campinas (SP), Guaiara (SP), Piraju (SP), Francisco Beltrão (PR) e Brasília (DF).

Os senadores decidiram ainda arquivar o projeto de lei que previa punições mais severas para quem submeter pessoas à escravidão. Segundo parecer da CCJ, de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a proposta, que tramita há seis anos, está defasada e seu texto não foi adaptado ao Código Penal.

Armínio Fraga fala sobre política econômica à Comissão de Orçamento

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, estará hoje, a partir das 14h30, na Comissão Mista de Orçamento, para falar sobre as políticas cambial, monetária e de crédito executadas pelo governo no ano passado. Sua presença no Congresso está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual estabelece que ele deve apresentar explicações aos deputados e senadores duas vezes ao ano, até 90 dias depois de encerrado o semestre.

O presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), resolveu convidar para questionar Armínio Fraga os senadores das comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle do Senado e os deputa-

dos que integram as comissões de Finanças e Tributação, de Economia e de Fiscalização Financeira da Câmara.

Amanhã, a Comissão Mista de Orçamento debaterá com o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, o crescimento da dívida pública e os gastos da União com o pagamento de juros. Será a primeira reunião da Jornada de Debates sobre a Dívida Pública Brasileira, quando especialistas e técnicos do governo abordarão assuntos polêmicos, como o aumento da carga tributária, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a política cambial e os gastos com juros.

Os senadores aprovaram na sessão de ontem resolução que autoriza o governo federal a tomar empréstimo de US\$ 82,5 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiamento da primeira fase do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal Mato-grossense. Os recursos serão usados em investimentos em infraestrutura, principalmente em saneamento, para promover o desenvolvimento de atividades econômicas na região que não prejudiquem o meio ambiente.

Na primeira fase, além dos recursos do BID, outros US\$ 82,5 milhões serão destinados ao programa pelos governos de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e os investimentos serão realizados até 2004, de acordo com o que informou o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) ressaltou que o objetivo principal do projeto é garantir a preservação do Pantanal. Ele informou que o valor total pode chegar a US\$ 400 milhões, metade dos quais financiada pelo BID e o restante custeado pelo Tesouro Nacional (US\$ 150 milhões) e pelos dois estados (US\$ 25 milhões cada).

— O Pantanal é uma das maiores riquezas da biodiversidade mundial. Nele há pelo menos 260 espécies de peixes e 280 de pássaros. A região é propícia ao desen-



Senadores manifestaram apoio ao projeto, cujo valor total pode chegar a US\$ 400 milhões

volvimento da grande atividade econômica do século que estamos iniciando, que é o ecoturismo — disse.

ECOTURISMO

Ao classificar o programa como a “maior obra ambiental do governo de Fernando Henrique Cardoso”, Antero explicou que o assoreamento, o uso de agrotóxicos e a falta de tratamento de esgotos serão os principais problemas a enfrentar. Mais que isso, disse, o projeto permite que se desfrute da riqueza que está no Pantanal, por meio do fortalecimento do ecoturismo e pela construção de estradas-parque.

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) disse que seu estado está eufórico com o início da implantação do programa, que irá beneficiar um grande número de cidades vizinhas ao Pantanal. Já o

senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ressaltou que o projeto foi elaborado por técnicos internacionais e brasileiros que “se sensibilizaram para a necessidade de promover o desenvolvimento auto-sustentado e racional da região, para que a população tenha uma melhor qualidade de vida”.

Apesar de manifestar seu voto favorável, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) entende que projeto deve passar por alterações. Na sua opinião, houve uma inversão nas prioridades, pois diversos municípios que estão às margens do rio Cuiabá não serão beneficiados na primeira fase. Os senadores Pedro Piva (PSDB-SP), Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), Marina Silva (PT-AC), Paulo Hartung (PPS-ES) e José Fogaça (PMDB-RS) também manifestaram seu apoio ao projeto.

Plenário manifesta pesar pela morte de Max Feffer

O Plenário aprovou requerimento manifestando o pesar do Senado pela morte do empresário Max Feffer, proprietário da Companhia de Papéis Suzano. Segundo o senador Paulo Souto (PFL-BA), que apresentou o requerimento juntamente com Romeu Tuma (PFL-SP) e outros senadores, Feffer foi responsável por colocar o Brasil em posição de destaque no cenário internacional no ramo do papel e celulose.

— Foi um homem que caminhou sempre à frente de seu tempo. Sua morte representa uma grande perda para o empresariado, tendo em

vista o ritmo que empreendeu às suas atividades — afirmou Souto.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou, em nome de seu partido, que além da “atividade empresarial de extraordinária envergadura”, Feffer contribuiu com todas as lutas da comunidade judaica em São Paulo e no país.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) testemunhou que Feffer era um homem de tratamento afável que teve um grande significado para a Bahia, onde instalou uma fábrica de papéis, e para o Brasil. O senador Bernardo Cabral (PFL-

AM) disse ter conhecido o pai de Max Feffer, Leon Feffer, que foi cônsul de Israel no Brasil e morreu há seis meses. “Pai e filho foram homens de grande genialidade, expandindo para o Nordeste o que a Suzano é em São Paulo”, observou.

No requerimento, Tuma e Souto contam que a Companhia Suzano criou e desenvolveu os processos de obtenção de celulose do eucalipto, hoje utilizados em 100% da produção da empresa, responsável por 16,6% da produção brasileira de papel para imprimir e escrever e 29% da produção de papel-cartão.

Plenário examina alterações na Constituição

Ampliação no poder das guardas municipais, mudança na tramitação de matérias nas duas Casas do Congresso e isenção de impostos para o papel destinado à fabricação de cadernos são as propostas na pauta do Senado

Os senadores iniciam hoje a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite aos municípios firmar convênios com os governos estaduais para realizarem o policiamento ostensivo e preventivo por meio das guardas municipais. Atualmente, as guardas limitam-se a garantir a segurança de prédios e outros bens públicos que estão sob a responsabilidade das prefeituras.

A PEC, que tem como primeiro signatário o senador Romeu Tuma (PFL-SP), foi aprovada em primeiro turno no dia 28, por ampla maioria, e antes de seguir para a Câmara deve ser submetida a nova votação na próxima sessão deliberativa.

Outra PEC que deve ser votada pelo Plenário na sessão de hoje é a que determina que projetos de lei de autoria do Executivo que interfiram nas relações federativas comecem sua tramitação pelo

Senado. De acordo com o texto constitucional em vigor, todos os projetos do governo federal tramitam inicialmente na Câmara dos Deputados, fazendo com que o Senado aja como Casa revisora. A iniciativa da proposta é do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) e, para ser aprovada em primeiro turno, ela precisa do apoio de três quintos dos senadores.

Na mesma sessão, os senadores realizam o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC que proíbe a incidência de impostos sobre o papel destinado à produção de cadernos escolares. A votação da PEC, de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), só deve acontecer ao final do quinto dia de discussão, marcado para a próxima semana.



Tuma é autor da PEC que atribui às guardas municipais poder de realizar policiamento ostensivo

ser votada em Plenário. O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), é favorável à matéria que, se aprovada, seguirá para apreciação dos deputados.

AVÓS

Dois projetos de lei que estendem aos avós o direito de visita aos netos no caso de separação dos pais também constam da pauta do Plenário. A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) foi a relatora das matérias, que tramitam em conjunto, na CCJ.

O Senado pode criar ainda na sessão de hoje o Grupo Parlamentar Canadá-Brasil, de acordo com projeto de resolução que deve ser votado. Quatro projetos de decreto legislativo que aprovam atos do Ministério das Comunicações que outorgam ou renovam permissões e concessões para emissoras de rádio completam a pauta da sessão.

CCJ analisa quebra de sigilo de Eduardo Jorge e mais 20 pessoas

Três requerimentos solicitando a quebra dos sigilos bancário e fiscal do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira serão analisados hoje, às 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De autoria dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Romero Jucá (PSDB-RR), os requerimentos pretendem identificar um possível vínculo entre Eduardo Jorge e o desvio de recursos da obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), além de indícios de sonegação, enriquecimento ilícito e evolução patrimonial incompatível com a renda declarada à Receita Federal.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) é relator do requerimento apresentado por Dutra, que pleiteia ao Banco Central dados da movimentação bancária de Eduardo Jorge, de sua mulher, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, e de mais 19 pessoas entre familiares, sócios e funcionários de suas empresas. Essa relação também inclui o ex-deputado federal Hélio Rosas (PMDB-SP), o ex-presidente do Previ (fundo de

pensão do Banco do Brasil) Jair Bilachi, o presidente e diretor técnico da Sasse Seguros (seguradora da Caixa), Pedro Pereira de Freitas e Vicente de Paula Alves da Cunha, respectivamente.

Os outros dois requerimentos são assinados por Jucá e relatados pelo senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL). No primeiro, o senador solicita ao Banco Central a relação de todos os depósitos de verbas desviadas do TRT-SP, no período de janeiro de 1995 a julho de 2000, detectados no rastreamento já feito nas contas de Eduardo Jorge, de sua mulher e das outras 19 pessoas listadas no pleito de Dutra. Quanto ao segundo requerimento, o senador pede informações sobre a auditoria realizada pela Receita Federal, a pedido do Ministério Público de Goiás e do Distrito Federal, nos rendimentos declarados por Eduardo Jorge e Lídice Caldas Pereira.

A CCJ também volta a examinar projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que pretende ampliar a fiscalização e a segurança do voto eletrônico. A matéria conta com parecer favorável do relator,



Teotônio é relator do requerimento que pede a relação dos depósitos referentes à obra do TRT-SP

senador Romeu Tuma (PFL-SP), que acatou duas emendas do autor relativas à obrigatoriedade de impressão de um comprovante do voto digitado na urna eletrônica, a ser conferido pelo eleitor e depositado em uma urna convencional, e à proibição de identificação do eleitor em equipamento ligado à urna eletrônica ou que permita a gravação da ordem de votação.

Em caráter terminativo, serão apreciados dois projetos do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que introduzem novos artigos na Lei nº 8.987/95, reguladora do regime de concessão e prestação de serviços públicos. Enquanto a primeira proposta pretende incluir critérios de transparência para a exploração de concessões públicas, a segunda determina que todos esses contratos sejam precedidos de relatório de impacto econômico-social.

Comissão mista do Código Florestal elege novo vice-presidente às 10h

A comissão parlamentar mista que examina alterações no Código Florestal reúne-se hoje, às 10h, para eleger seu novo vice-presidente. O colegiado é presidido pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) e tem prazo previsto até sexta-feira para votar novo parecer do relator, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), sobre o mérito da Medida Provisória nº 2.080, reeditada 61 vezes e que propõe mudanças no Código Florestal e na legislação relativa ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Apesar de concluir pela admissibilidade dessa MP, diante do avanço do desmatamento indiscriminado nas regiões Norte e Centro-Oeste, a comissão mista decidiu acatar projeto de lei de conversão apre-

sentado pela relatoria. Nessa proposta, Micheletto incorporou parcialmente 20 emendas parlamentares e contribuições oferecidas em audiências públicas e seminários por representantes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), de órgãos estaduais de meio ambiente e do Ministério Público. Pelo calendário de tramitação, o Plenário do Congresso deve votar a MP nº 2.080-61 até o dia 21.

Ao propor essa medida provisória, o Executivo quis proibir o incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas nas regiões Norte e na parte norte da re-



Jonas Pinheiro preside a comissão mista que examina as mudanças

gião Centro-Oeste. Pelo Código Florestal em vigor, a exploração a corte raso dessas áreas pode chegar a até 50% de cada propriedade na região. A proposta em questão defende a ampliação das áreas conservadas para, no mínimo, 80% de cada propriedade rural constituída por recursos florestais.

Por discordar da ampliação "injustificada" dos índices de reserva legal, o deputado Moacir Micheletto resolveu flexibilizar esses índices no projeto de conversão, amparado nas indicações do Zoneamento Econômico-Ecológico.

Na pauta, elevação do endividamento da Petrobras

O Plenário do Senado deve apreciar também solicitação encaminhada pelo governo federal para que a Petrobras eleve, temporariamente, em R\$ 3,33 bilhões seu limite de endividamento. Segundo o relator na CAE, senador Luiz Otávio (sem partido-PA), os recursos arrecadados servirão para alongar o perfil da dívida da estatal, sem aumentar seu endividamento total.

Outra proposta na pauta, de autoria do ex-senador Júlio Campos, atribui ao empregado o direito de indicar o banco em que o empregador deve depositar seu salário. Com pareceres favoráveis da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto restringe essa obrigatoriedade às empresas urbanas.

Apresentada pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) como forma de aperfeiçoar a legislação eleitoral, a proposta que torna inelegível o senador que, no meio de seu mandato, se candidatar a outra vaga no Senado deve

Santos apura causas de déficit de R\$ 30 milhões

Resultado negativo, referente às contas de 98 e 99, é alvo de sindicância em andamento no clube. Responsável pela investigação, Leão Vidal Sion informou à CPI que podem ter ocorrido irregularidades na negociação de jogadores

Presidente de uma comissão de sindicância que apura irregularidades no Santos Futebol Clube, Leão Vidal Sion disse aos membros da



CPI do Futebol que as investigações envolvem denúncias contra o ex-presidente Samir Abdul-Hak, o ex-vice-presidente José Paulo Fernandes, o ex-diretor de Patrimônio Flávio Bertolotti e o conselheiro Dráuzio Luís Lopes. Segundo ele, um dos motivos que geraram a sindicância foi a existência de um déficit de R\$ 30 milhões nas contas do Santos nos anos de 1998 e 1999.

Sion explicou que várias notícias, divulgadas pela imprensa, sobre supostas irregularidades na negociação de jogadores também contribuíram para instaurar a sindicância. Ressaltando que as investigações ainda não foram concluídas, o que

deve ocorrer no final de abril, ele citou alguns casos nos quais poderiam ter sido cometidos atos ilícitos.

Uma das ocasiões nas quais o Santos teria levado prejuízo, como relatou, foi no acerto da permanência de Viola no clube. Contratado por empréstimo junto ao Palmeiras, o atacante teria em seu contrato uma cláusula segundo a qual ele poderia deixar o Santos se recebesse proposta de salário que não fosse equiparada pelo clube. Mesmo sem que isso tivesse ocorrido, contou, Viola disse que não queria mais jogar no Santos.

— Veio um empresário chamado Vando de Melo e propôs que Viola cumpriria seu acordo se recebesse a quantia de R\$ 200 mil — disse o presidente da comissão de sindicância. Leão Sion completou que



Os senadores Geraldo Althoff e Álvaro Dias e o presidente da comissão de sindicância do Santos, Leão Vidal Sion, durante o depoimento

o valor foi pago ao jogador e outros R\$ 200 mil foram pagos ao empresário, a título de intermediação pelo acordo.

Outro caso descrito foi o do jogador Lúcio, hoje atuando na Portuguesa de Desportos (SP). Na época

em que defendia o Santos, Lúcio tinha três contratos firmados com o clube, com datas diferentes, um deles assinado por Vando de Melo, como representante. Os dois contratos assinados pelo jogador tinham uma diferença de R\$ 80 mil.

“A explicação da diretoria da época foi que o jogador se machucou e lhe foi oferecido um prêmio de R\$ 80 mil se ele voltasse a jogar futebol”, afirmou.

Segundo depoente desta tarde, Mário Melo Soares, presidente da Comissão de Estatuto do clube, também levantou suspeitas de irregularidades na negociação do jogador Alessandro, vendido ao Porto de Portugal. O clube paulista teria assumido uma dívida relativa ao pagamento dos 15% do negócio a que tem direito o atleta, e que, segundo a legislação, seria ônus do clube comprador.

Além disso, Soares relatou a possibilidade de terem sido concedidas comissões para empresários em negociações com clubes com os quais o Santos já possuía relações, o que tornaria desnecessária a intermediação no negócio.

CAS discute restrições a uso médico de silicone líquido

O projeto da Câmara que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone pode ser votado na reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), marcada para as 9h de hoje. A matéria foi incluída na pauta por decisão do presidente da comissão, senador Romeu Tuma (PFL-SP), atendendo a pedido do relator, Sebastião Rocha (PDT-AP).

O projeto já foi tema de audiência pública, com a presença de especialistas no assunto. O relator, que apresentou substitutivo ao projeto original, disse que, como a matéria trata de tema polêmico, não pretende opor-se à proposta de realização de nova audiência. “O importante é que voltemos a debater a matéria, que é de interesse de toda a sociedade”, argumenta.

Na mesma reunião, na qual devem ser apreciadas outras 11 proposições, serão examinados dois projetos que dispõem sobre a regulamentação das atividades de cerimonialista e de corretor de imóveis. Outro projeto, em decisão terminativa, permite a concessão do seguro-desemprego a trabalhadores sazonais e temporários. O autor é o senador Geraldo Althoff (PFL-SC). O relator, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), recomenda a aprovação.

A concessão de benefícios aos idosos é o tema de outros dois itens



O relator Sebastião Rocha defende a ampliação do debate sobre utilização de silicone

da pauta. Projeto da ex-senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) quer permitir o acesso gratuito dos idosos às salas de cinema. Outras duas propostas, que tramitam conjuntamente, prevêm desconto de 50% nos ingressos de eventos culturais às pessoas com mais de 60 anos.

Os senadores da CAS ainda devem votar as emendas oferecidas em turno suplementar ao substitutivo a projeto de Lúcio Alcântara que possibilita aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. A idéia é permitir que hospitais públicos continuem prestando serviço gratuito às pessoas carentes, usando recursos provenientes do atendimento de pessoas que possam pagar pelos serviços.

Ex-presidentes serão convocados para depor

A CPI do Futebol aprovou ontem requerimentos convocando dois ex-presidentes do Santos, Samir Abdul-Hak e José Paulo Fernandes. Também serão convocados o contador do clube, Oscar Leite Júnior, e o ex-diretor de Finanças Flávio Bertolotti. Os depoimentos referem-se ao

deficit de R\$ 30 milhões nos balanços do clube relativos a 1998 e 1999.

Além deles, serão ouvidos Giuliano Pavan e Alessandro Gonçalves, que dizem ter sido lesados por agências de viagem na comercialização de pacotes turísticos para a Copa do Mundo de 1998.

Hoje, os senadores ouvem o vice-presidente do Vasco, Amadeu Pinto da Rocha, e o presidente do Conselho Deliberativo do clube, Antonio Gomes da Costa. Eles deverão falar sobre suspeitas de irregularidades contábeis no clube do Rio de Janeiro.

CI cria subcomissão para investigar afundamento da plataforma P-36

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou a criação de uma subcomissão para investigar o afundamento da plataforma P-36, da Petrobras. O presidente, o vice-presidente e o relator serão escolhidos depois pelos membros da subcomissão, que terá caráter temporário. Foi desconstituída a subcomissão permanente, aprovada anteriormente e que tinha por objetivo avaliar acidentes causadores de danos ao meio ambiente, por sugestão de Mauro Miranda (PMDB-GO), com o voto contrário de Geraldo Cândido (PT-RJ).

A CI aprovou ainda a convocação de audiência pública, pedida por Ricardo Santos (PSDB-ES), para discutir o projeto do Executivo que propõe a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre. A audiência, com data a ser acertada, terá a participação do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, e de



A CI, presidida por José Alencar (E), aprovou convite para que os ministros Eliseu Padilha e Fernando Bezerra compareçam à comissão

representantes de empresários e trabalhadores do setor portuário. Também foi sugerida a convocação do deputado Eliseu Resende, relator da matéria na Câmara; de Juez Bispo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transporte (CNTT); e do presidente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Clésio Andrade.

O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, foi convi-

dado a explicar em audiência pública a extinção da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A audiência, marcada para o dia 17, será realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O ministro de Minas e Energia, José Jorge, também deve comparecer a audiência pública, em data a se definir, para discutir a política nacional de energia elétrica.

CRE cria subcomissão para debater a Alca

Objetivo é promover discussão sobre as conseqüências do possível ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas. Autor da iniciativa, Paulo Hartung pretende ouvir todos os segmentos envolvidos na questão

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem requerimento do senador Paulo Hartung (PPS-ES) propondo a criação da Subcomissão Permanente de Comércio Exterior, com o objetivo de promover debates sobre as conseqüências do possível ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Hartung disse que é preciso dinamizar o debate e a avaliação desse acordo, ouvindo todos os segmentos envolvidos na questão.

O presidente da CRE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), entende que dois temas dominarão a agenda de política externa brasileira em médio prazo: a questão ambiental e o ingresso do Brasil na Alca. Ele destacou a importância da iniciativa de Hartung e nomeou cinco dos sete membros da subcomissão. Pelo PFL, foram designados os senadores José Agripino Maia (RN) e Romeu Tuma (SP); pelo PSDB, o senador Pedro Piva (SP); pelo Bloco Oposição, o senador Paulo Hartung (ES);

e pelo PMDB, o senador Gilberto Mestrinho (AM). Os dois outros senadores do PMDB serão indicados pelo líder do partido.

Na opinião do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), "é preciso muito cuidado" nessa negociação. Segundo disse, 70% do mercado consumidor está nos Estados Unidos, no México e no Canadá, o que poderá asfixiar o Mercosul. Cabral sugeriu que a CRE convide o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para dar sua opinião e a do presidente Fernando Henrique Cardoso a respeito da antecipação do ingresso do Brasil na Alca, sugerida pelos Estados Unidos.

Jefferson revelou que, em audiência com Celso Lafer, foi informado de que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, apoiou a decisão brasileira de não antecipar o ingresso na Alca. O senador também anunciou proposta do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), de realizar um seminário conjunto com a CRE para discutir o tema.

A CRE aprovou ainda requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) para convidar a visitarem o Congresso Nacional parlamentares de oposição do Paraguai que manifestaram interesse em explicar a senadores e deputados brasileiros a situação política que vive aquele país. Por outro requerimento de Requião, igualmente aprovado, a CRE convidará ex-diplomata brasileiro que denunciou superfaturamento na compra da sede da embaixada brasileira em Portugal, na época do regime militar. Segundo Requião, a denúncia voltou-se contra o parlamentar, que foi perseguido, pediu asilo político no Canadá e acabou demitido do Itamaraty. O ex-diplomata, que hoje é porteiro de hotel em Paris, explicará à CRE o que aconteceu e por que não foi beneficiado pela anistia.

Foram ainda aprovados dois acordos internacionais – o Acordo sobre Transportes Aéreos, celebrado entre Brasil e Chile, e o Acordo de Cooperação Educacional, firmado entre Brasil e Bolívia.



Presidida por Jefferson Péres, a CRE aprovou também proposta de Roberto Requião para que seja ouvido ex-diplomata que denunciou superfaturamento

Senado pretende reduzir 10% de gastos com energia elétrica

O Senado Federal pretende cortar 10% de seus gastos com energia elétrica, o que representará uma economia de R\$ 30 milhões mensais, uma vez que o prédio principal, anexos e a gráfica do Senado consomem R\$ 300 mil ao mês em energia elétrica. O primeiro-secretário da Mesa, senador Carlos Wilson (PPS-PE), que assinou o ato, pediu a colaboração dos funcionários da Casa no sentido de apagarem as luzes ao fim do expediente. Essa será a principal medida adotada pelo Programa de Racionalização do Uso de Energia Elétrica (PREE) do Senado Federal.

A decisão foi tomada ontem, durante reunião da Mesa, e, segundo Carlos Wilson, haverá fis-

cais, verificando todo o espaço físico do Senado para garantir o cumprimento das medidas. De acordo com o primeiro-secretário, é a primeira vez que esse tipo de campanha é feita na Casa.

– A Esplanada dos Ministérios à noite é uma árvore de Natal. Não será difícil reduzir os gastos com energia – disse.

De acordo com Carlos Wilson, a decisão de fazer essa economia é resultante de pedido do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no sentido de que o Senado corte R\$ 9,5 milhões de seu orçamento anual. Carlos Wilson explicou que esse total será conseguido basicamente com diminuição de gastos e corte de investimentos.

Relator prepara plano de trabalho para a Comissão Brasil-Canadá

Os trabalhos da Comissão Brasil-Canadá serão iniciados, após a Semana Santa, com uma investigação sobre dois episódios marcantes na disputa comercial entre os dois países: a denúncia de concessão de subsídio governamental à Embraer, principal concorrente da empresa canadense Bombardier na aviação internacional, e o embargo canadense à importação de carne bovina brasileira. A informação foi dada ontem pelo relator da comissão, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), que deve apresentar um plano de trabalho na próxima reunião, prevista para o dia 17.

Ornélas prometeu elaborar relatórios parciais sobre os dois casos, classificando a recente suspensão da importação de carne bovina pelo Canadá como um "ato de revanchismo econômico". Segundo ele, a decisão foi uma "retaliação covarde" à margem da decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC), que julgou procedente a acusação do Canadá de competição desleal entre a Embraer e a Bombardier.

Os pareceres da relatoria devem recomendar providências para evitar novos atos de retaliação por par-



Os senadores da Comissão Brasil-Canadá ouvem a exposição do relator, Waldeck Ornélas, que apresentará plano de trabalho no dia 17

te do Canadá, que poderiam atrapalhar o desempenho do Brasil no comércio internacional de bens de tecnologia. "O Brasil não pode ser alvo de discriminação no momento em que pretende ampliar suas exportações e estão sendo negociadas as bases da Alca", afirmou.

Na perspectiva de defender a posição alcançada pelo Brasil no mercado externo, a comissão promete estar atenta a barreiras não-tarifárias e a outras dificuldades impostas ao país no comércio externo. De acordo com o senador Osmar Dias (PSDB-PR), também integrante do colegiado, o Canadá suspendeu o embargo à carne brasileira, que havia sido

adotado pelos Estados Unidos e México, seus parceiros no bloco econômico Nafta, mas manteve o boicote à importação do produto.

A Comissão Brasil-Canadá deve ouvir em audiência pública representantes da Embraer, da área agrícola e de órgãos do governo sobre os dois episódios, além de fazer um inventário de todos os acordos entre os dois países nas áreas comercial, cultural e científica. "É importante que o Canadá saiba que o Senado está atento e que, se houver qualquer política de retaliação, o Brasil estará preparado para retaliar também", advertiu o presidente da comissão, senador Roberto Freire (PPS-PE).

Projeto de Gilvam proíbe motorista de fumar ao dirigir

Projeto apresentado pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP) proíbe que motoristas fumem ao dirigir. O projeto, que altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), tem o objetivo de diminuir o número de acidentes, uma vez que, segundo o senador, ao dirigir fumando, o motorista põe em risco sua capacidade de segurar com firmeza o volante e de acionar com presteza a mudança de marchas. O senador argumenta, ainda, que o cigarro, pelo desprendimento de fagulha ou brasa, pode causar queimaduras ou incêndios.

Gilvam Borges argumenta que o Código de Trânsito Brasileiro inclui, entre as posturas impróprias do motorista, dirigir com apenas uma das mãos, exceto quando precise fazer sinais regulamentada-



Gilvam: ato de fumar ao dirigir põe em risco capacidade de segurar o volante com firmeza

res de braço, mudar a marcha ou acionar equipamentos e acessórios do veículo. O senador entende que embora este artigo, de número 252, inclua qualquer uso indevido das mãos, o fato de dirigir fumando "extrapola o ato puro e simples de estar com uma das mãos ocupadas".

CAE aprova regra para aumento de capital de estatais

Projeto, enviado pelo Poder Executivo, transfere do presidente da República para o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a atribuição de autorizar a elevação do capital social de empresas públicas e sociedades de economia mista

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a projeto do Executivo que transfere para o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a competência do presidente da República de autorizar o aumento do capital social de empresas públicas e sociedades de economia mista.

O relator da matéria, senador Bello Parga (PFL-MA), rejeitou emenda apresentada pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que sujeitava as sociedades de economia mista à Lei de Falências. O relator ressaltou que o projeto, já aprovado pela Câmara, tramita no Congresso desde 1992. A matéria será ainda apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de seguir para votação em Plenário.

Acompanhando o voto do relator, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a CAE também aprovou parecer contrário ao projeto de lei complementar que propunha o retorno da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de produtos primários ou semi-elaborados destinados à exportação. A proposta foi da Comissão Temporária da Amazônia.

O presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), anunciou que o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, falará na terça-feira (dia 17) à comissão sobre assuntos relativos à sua pasta. Na mesma data, após a Ordem do Dia, será a vez de o ministro de Minas e Energia, José Jorge, comparecer à CAE.

Alcântara anunciou também que, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, a CAE, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado e outras comissões da Câmara dos Deputados ouvirão o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, a partir das 14h30 de hoje. Armínio fará uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.

No início da reunião da CAE, Paulo Hartung (PPS-ES) anunciou a apresentação de projeto de resolução determinando que o presidente ou um diretor do Banco Central venha à comissão explicar as decisões tomadas em cada reunião do Conselho de Política Monetária (Copom). De acordo com o senador Paulo Hartung, a idéia foi sugerida pelo ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*.



O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Lúcio Alcântara (E), anunciou que os ministros Fernando Bezerra e José Jorge serão ouvidos na próxima terça-feira

Vista coletiva para mudança em critérios na desapropriação

O projeto que excetuava as benfeitorias executadas com recursos públicos das indenizações decorrentes de desapropriações para reforma agrária teve vista coletiva concedida aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O senador Osmar Dias (PSDB-PR) pediu vista do projeto que determina que os instrumentos de política agrícola se orientem pelos planos de safra e os planos plurianuais.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) também pediu vista do projeto de resolução que perdoa a dívida de US\$ 27,9 milhões da Costa do Marfim para com o Brasil. Ele apresentou requerimento solicitando ao governo informações sobre a natureza da dívida. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ex-presidente da CAE, propôs que a comissão crie um grupo de trabalho para examinar todas as renegociações de dívidas de outros países junto ao Brasil.

CE poderá criar subcomissão de ciência e tecnologia



Ricardo Santos (E) informou que o ministro Paulo Renato será convidado a comparecer à CE

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Ricardo Santos (PSDB-ES), anunciou na reunião de ontem que vai apresentar requerimento na próxima semana propondo que a CE absorva as atividades atualmente sob a responsabilidade da subcomissão permanente que acompanha o processo de avaliação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Em compensação, acrescentou o senador, poderia ser criada no âmbito da comissão uma nova subcomissão permanente, para tratar de assuntos das áreas de ciência e tecnologia.

Ricardo Santos também comunicou que enviará convite, na próxima semana, ao ministro da Educação, Paulo Renato, a fim de que ele compareça à

comissão para informar quais as prioridades do ministério para este ano.

Na reunião de ontem, os integrantes da Comissão de Educação também aprovaram requerimento, formulado pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), para que a CE participe do 1º Congresso Brasileiro da Cultura Judaica – 500 Anos de Brasil. O evento será realizado nos dias 16 e 17 de maio, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

MERCOSUL

Ricardo Santos informou ainda que recebeu convite da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e do Parlamento Cultural do Mercosul para participar de encontro que irá discutir questões da integração cultural dos países do bloco por meio das rádios estatais e do cinema.

O encontro será realizado no Rio de Janeiro, nos dias 22 a 24 de abril, e contará com a presença de parlamentares e representantes da Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil. Na oportunidade, o senador licenciado Artur da Távola (PSDB-RJ), atual secretário da Cultura do município do Rio de Janeiro, apresentará proposta relacionada com a integração dos sistemas estatais de rádio e televisão na região do Cone Sul.

Aprovada homenagem a Antonio Mariz

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto, encaminhado pelo Executivo, que denomina Rodovia Governador Antonio Mariz o trecho federal da BR-230 entre Cajazeiras e João Pessoa, na Paraíba.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que relatou a proposta favoravelmente, elogiou a iniciativa.

—Identificado com as aspirações e idéias do homem paraibano, principalmente do sertão, onde a pobreza e a miséria forjam as demandas e os sonhos, o governador Mariz soube se preparar para ser um importante político da causa de sua terra e de sua gente, na luta por uma sociedade mais solidária e fraterna — afirmou.

Também com parecer favorável de Suassuna, a comissão aprovou projeto que denomina Palácio Desembargador Rivando Bezerra Cavalcanti o edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Outro projeto aprovado denomina de Sylvio Botelho trecho da rodovia BR-174. De autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), a proposta foi relatada favoravelmente por Gilvam Borges (PMDB-AP).

A Comissão de Educação aprovou ainda seis projetos de decreto legislativo, outorgando ou renovando permissão para execução de serviço de radiodifusão. Os beneficiados pelos projetos são a Fundação Educacional Salesiana D. Bosco, em Fortaleza (CE); Rádio Circuito das Águas, em Caxambu (MG); Fundação João XXIII, em Governador Valadares (MG); Fundação José Resende Vargas, em Rio Paranaíba (MG); TM-TV Telecomunicações e Serviços, em Sacramento (MG); e Fundação Universidade Regional de Blumenau, em Blumenau (SC).

Conselho decide rumos do processo contra ACM

Ramez Tebet, que preside a reunião hoje, após a Ordem do Dia do Senado, espera receber resultado da perícia, solicitada à Polícia Federal na fita gravada pelo procurador Luiz Francisco de Souza e entregue pela revista *IstoÉ*

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado reúne-se hoje para decidir os próximos passos no processo que investiga se o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) feriu a conduta parlamentar na conversa mantida em reunião



Ramez Tebet: definição dos próximos passos do processo no Conselho de Ética

com três procuradores da República, no início de fevereiro. O conselho já ouviu jornalistas da revista *IstoÉ* e os três procuradores, dois deles em reunião secreta, na noite da última quarta-feira.

Até o início da reunião, o presidente do conselho, senador Ramez

Tebet (PMDB-MS), espera receber os resultados da perícia solicitada à Polícia Federal na fita entregue pela revista *IstoÉ*, gravada pelo procurador Luiz Francisco de Souza, com o conteúdo das declarações do senador.

A fita já foi degradada pelo especialista Ricardo Molina, que conseguiu recuperar cerca de 75% do diálogo ocorrido no Ministério Público entre Antonio Carlos Magalhães, seu assessor Fernando Cesar Mesquita e os procuradores Guilherme Schelb, Eliana Torelly e Luiz Francisco. Por existirem tre-

chos inaudíveis, os senadores solicitaram perícia à Polícia Federal e esperam que algumas palavras ou frases sejam agora esclarecidas. O próprio Ricardo Molina informou ao conselho que, com mais tempo, pode conseguir recuperar trechos que sua equipe considerou inaudíveis da primeira vez.

FINANCIAMENTO

Por solicitação da relatora da matéria, senadora Heloísa Helena (PT-AL), o Conselho de Ética ouvirá novamente o senador Luiz Otávio (sem partido-PA), denunciado por Abílio Teixeira por suposta apropriação indevida de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Antonio Carlos anuncia envio de documentos à corregedora da União

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) anunciou em Plenário, ontem, que encaminhará à recém-nomeada corregedora-geral da União, Anadyr de Mendonça Rodrigues, documentação referente a irregularidades cometidas no Banco do Estado do Pará (Banpará) e no Ministério dos Transportes.

No caso do Banpará, Antonio Carlos pediu medidas para apurar os fatos e punir os responsáveis, inclusive os dirigentes do Banco Central, que estariam impedindo "o exame da responsabilidade criminal" pelo desvio de recursos na instituição paraense.

O senador disse também que o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, pode ter praticado crime contra a administração pública e ação lesiva ao erário. Segundo Antonio

Carlos, o ministro teria desrespeitado a ordem de pagamento de precatórios, expressamente exigida pela Constituição federal. O senador encaminhou à corregedora documentos que teriam sido firmados pelo ministro.

CORREGEDORIA

Antonio Carlos classificou de salutar a criação, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, da Corregedoria Geral da União, ainda que não a considere a "solução perfeita" para o combate à corrupção. Ele prometeu apoiar o trabalho da corregedora, tida como uma pessoa honesta, enérgica e respeitada. O senador lembrou, porém, que Anadyr não tem a garantia da



Antonio Carlos Magalhães considerou "salutar" a criação da corregedoria

estabilidade e é subordinada hierarquicamente ao presidente da República.

— O governo erra sempre que prefere negar as denúncias ou, quando pressionado, apenas divulga que "apurou" — disse, defendendo a apuração das denúncias, a punição dos

responsáveis e a devolução do dinheiro aos cofres públicos.

Antonio Carlos criticou a Mesa do Senado pela demora em encaminhar seus requerimentos de informações a diversos órgãos do governo. O senador Carlos Wilson (PPS-PE), que presidia a sessão, informou ao senador que seus requerimentos haviam sido encaminhados na segunda-feira.

Comissão de Fiscalização analisa relatório de atividades do TCU

A análise do relatório de atividades do Tribunal de Contas da União (TCU) no exercício de 1995 é um dos 25 itens da pauta da reunião da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) marcada para hoje, às 18h. O colegiado também deve pronunciar-se sobre as demonstrações contábeis do Fundo Cons-

titucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) auditadas pelo Banco do Brasil.

A CFC examina ainda a auditoria de desempenho realizada pelo TCU no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com a finalidade de identificar possíveis falhas e implantar medidas para

aperfeiçoar o sistema de cobrança de receitas pela autarquia.

A pretensão do presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), é colocar em dia a apreciação das 400 matérias que aguardam parecer da comissão. Ele também prometeu utilizar todas as prerrogativas do colegiado, previstas na Constituição.

Lando diz que será o último a assinar requerimento de CPI

"Minha assinatura será a última e viabilizará a CPI da Corrupção", garantiu ontem o senador Amir Lando (PMDB-RO) ao senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição e encarregado de coletar as assinaturas. A promessa foi feita ao lado de jornalista-



Amir Lando teme que pauta extensa acabe tornando-se armadilha para CPI

tas, cinegrafistas e fotógrafos, no saguão de entrada do Plenário do Senado. Na manhã de segunda-feira, uma agência de notícias divulgou que Lando assinaria o pedido de CPI.

Dutra informou que vem conversando com outros três senadores, acrescentando que existe a possibilidade de que assinem o requerimento. "Nós estamos contando que eles ouçam o clamor de suas bases eleitorais em favor da CPI", disse.

Dutra afirmou que, caso consiga as 27 assinaturas mínimas no Senado e não seja possível obter as 171 assinaturas necessárias na Câmara, tentará transformar a CPI de mista para exclusiva do Senado.

Amir Lando fez críticas ao gran-

de número de fatos citados no requerimento, "alguns apenas fruto de briga pessoal, outros com investigação já bastante avançada". Para ele, o excesso de fatos pode acabar inviabilizando uma comissão parlamentar de inquérito.

— Meu nome está

à disposição para ser o 27º a apoiar a CPI, mas não posso deixar de dizer que CPI não é para escandalizar, mas para investigar. Uma pauta com quase 30 fatos acaba se transformando numa armadilha — alertou.

O requerimento já tem 25 assinaturas, conforme o líder do Bloco Oposição. O documento prevê uma CPI para apurar denúncias de corrupção publicadas nos últimos meses pela imprensa. Elas envolvem o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, o Banco do Estado do Pará, a ampliação do aeroporto de Salvador, a existência de contas fantasmas na agência de Salvador do Citibank e contratos de obras nos portos de Salvador e de Santos.

Dutra acusa Gregori de usar argumento da ditadura

A declaração atribuída ao ministro da Justiça, José Gregori, durante a reunião do PSDB em Belém, sobre quais seriam as reais intenções do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ao propor a criação da CPI da Corrupção, foi lamentada pelo parla-



Dutra afirma estar surpreso com Gregori, que, segundo ele, tem passado de democrata

mentar. Dutra disse estar surpreso com o fato de um democrata como Gregori lançar mão de argumentos utilizados pela ditadura militar contra quem combatia a corrupção naquela época. O ministro teria dito que "acredita em cegonha quem pensa que o Dutra quer apurar irregularidades.

Ele quer é desestabilizar o governo e, para isso, tem ajuda da Bahia".

— Estou surpreso com o ministro Gregori, que tem um passado de democrata e está utilizando o mesmo carimbo da ditadura militar, que foi utilizado contra ele próprio,

contra o presidente Fernando Henrique e contra quem combatia a ditadura, acusando-os de não serem patriotas e de quererem desestabilizar o governo. O que eu quero é que o Congresso Nacional exerça em sua plenitude as prerrogativas conquistadas pela sociedade brasileira — afirmou Dutra.

Melo diz que governo sempre combateu a corrupção

“Uma CPI não resolve o problema do Estado”, afirma o senador, garantindo que o presidente Fernando Henrique Cardoso já tomou todas as medidas necessárias à apuração das supostas irregularidades relacionadas no requerimento oposicionista

A solução para o problema da corrupção reside, na avaliação do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), no fortalecimento das instituições. Em discurso em que apresentou as razões pelas quais é contra a instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) pretendida pelos partidos de oposição, o senador garantiu ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso já tomou todas as medidas necessárias à apuração das supostas irregularidades relacionadas no requerimento oposicionista.

— Uma CPI não resolve o problema

do Estado. O mais importante é modernizá-lo, para tornar a corrupção cada vez mais difícil. O que não significa que não devemos apurar as irregularidades — avaliou.

O senador disse que as pesquisas de opinião que indicam um apoio de 84% da população à criação da CPI foram feitas sem que a sociedade tivesse conhecimento dos atos do governo de combate à corrupção. “As manifestações da opinião pública devem ser aferidas assegurando amplo conhecimento do tema. A desinformação leva a um julgamento apres-

sado”, frisou.

Melo relacionou medidas tomadas nos seis anos de governo Fernando Henrique que, segundo ele, têm o efeito de diminuir os riscos de mau uso do dinheiro público. Citou a descentralização, pelo Ministério da Educação, dos recursos da meren-



Na opinião de Geraldo Melo, a Corregedoria Geral da União será mais um instrumento na guerra à corrupção

da e do material escolares, e a revisão dos pagamentos das internações hospitalares pelo Sistema Único de Saúde. “Houve redução em 750 mil no número das internações”, informou.

De acordo com o parlamentar, apenas no âmbito da Receita Federal

foram demitidos 120 funcionários por improbidade nos últimos seis anos. Em toda a administração direta e indireta, foram punidos com demissão, no mesmo período, 1.781 servidores. Esses números, sustentou, comprovam a vontade do governo de combater a corrupção. “Muitas denúncias só estão sendo feitas porque o próprio governo as apurou”, disse o senador. Para ele, a Corregedoria Geral da União, criada segunda-feira pelo presidente Fernando Henrique, será mais um instrumento na guerra à corrupção.

Romero Jucá destaca publicação sobre bioética

Publicada pelo Conselho Nacional de Medicina, a edição mais recente da revista *Bioética* foi saudada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), que assinou quatro artigos encomendados a personalidades da área. Segundo ele, a revista deu desta-



Romero Jucá elogia quatro artigos publicados pela revista *Bioética*

que ao simpósio “Desafios da Bioética no Século XXI”, no qual buscou-se debater a bioética sob perspectivas diferentes.

— Precedidos por uma bem cuidada introdução a cargo de editores convidados, os quatro artigos abordam a bioética numa perspectiva temporal de longo prazo, vislumbrando realidades possíveis a partir do mundo nada confortável

que hoje vivemos — explicou.

Jucá referiu-se ao artigo escrito pelas doutoras Débora Diniz e Dirce Guilhem, que assinaram o texto “Bioética Feminista: o Resgate do Conceito de Vulnerabilidade”. Ele mencionou também os textos de Dirceu Greco, intitulado “Ética, Saúde e Pobreza — As Doenças Emergentes do Século XXI”; de José Luiz Telles de Almeida e Sílvio Valle, que assinaram “Biossegurança no Ano 2010: o Futuro em Nossas Mãos”; e o dos professores Volnei Garrafa, Sérgio Ibiapina e Gabriel Oselka, que leva o título do simpósio — “Desafios da Bioética no Século XXI”.

de Dirceu Greco, intitulado “Ética, Saúde e Pobreza — As Doenças Emergentes do Século XXI”; de José Luiz Telles de Almeida e Sílvio Valle, que assinaram “Biossegurança no Ano 2010: o Futuro em Nossas Mãos”; e o dos professores Volnei Garrafa, Sérgio Ibiapina e Gabriel Oselka, que leva o título do simpósio — “Desafios da Bioética no Século XXI”.

Emilia agradece manifestações de pesar pela morte de sua mãe

A senadora Emilia Fernandes (sem partido-RS) agradeceu as manifestações de solidariedade e pesar que recebeu de amigos e de autoridades federais e do estado do Rio Grande do Sul pelo falecimento de sua mãe, Elça Moraes Xavier, ocor-



Emilia recebeu expressão de solidariedade de Jader Barbalho, em nome do Senado

rrido em Santana do Livramento (RS), na semana passada. Ela agradeceu, ainda, à senadora Marina Silva (PT-AC), por ter dado ciência ao

Senado do motivo de sua ausência nesses últimos dias.

Emilia Fernandes convidou senadores e funcionários para a missa de 7º dia em memória de sua mãe, a realizar-se hoje, em Brasília, na Igreja Nossa Senhora de Fátima (SCLS 107/108), às 18h30.

O presidente do Senado, Jader Barbalho, em nome da Casa, renovou votos de pesar e de solidariedade à senadora.



Maria do Carmo Alves: alfabetização é uma necessidade para todos os indivíduos

Maria do Carmo propõe teste de alfabetização para candidatos

Projeto de lei da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), determina que os candidatos a cargos eletivos realizem teste de alfabetização, de nível equivalente ao quarto ano do ensino fundamental (primeiro grau).

A assinatura do pedido de alistamento para concorrer às eleições, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, não é considerada comprovação de alfabetização do candidato. A senadora sugere que o TSE realize uma prova com o candidato, para verificar se ele é ou não alfabetizado.

Maria do Carmo afirmou que a alfabetização é uma necessidade para todos os indivíduos que integram as sociedades modernas e que o acesso à leitura e à escrita constitui instrumento importante para aquisição de outras habilidades.

Patrocínio chama atenção para acidentes do trabalho

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) chamou a atenção para relatório divulgado pelo 15º Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho, realizado no ano passado, em São Paulo, que evidencia o quanto a segurança nos ambientes de trabalho ainda é precária. Segundo o documento, morrem a cada ano, em todo o mundo, um milhão e 100 mil pessoas vítimas de acidentes desse tipo. O quantitativo é superior à média anual de mortes no trânsito — cerca de um milhão; em guerras — pouco mais de 500 mil; provocadas pela criminalidade violenta — 560 mil; e pela Aids — 312 mil, revelou.

Conforme o senador, uma simples operação aritmética permite concluir que, a cada dia, mais de três mil trabalhadores perdem a vida por conta de sinistros relacionados às suas atividades remuneratórias. Ou seja, dois óbitos no transcurso de um minuto. — Como se pode ver, trata-se de uma tragédia de grandes proporções em nível mundial — afirmou.

Patrocínio assinalou que a incidência de acidentes de trabalho não é equanimemente distribuída entre as nações, pois os índices de acidentes e de óbitos variam de acordo com o estágio de desenvolvimento de cada país. Segundo ele, a situação do Brasil melhorou um pouco de um ano

para o outro, quando o país saiu da 14ª posição no *ranking* mundial de acidentes do trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a 15ª, próximo a Indonésia, Burundi, Turquia, Zimbábwe, Índia e África do Sul.

O senador disse que os números são alarmantes, mas o próprio governo reconhece que a realidade é pior, pois existe uma enorme subnotificação de acidentes. Segundo Patrocínio, estudos da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), ligada ao Ministério do Trabalho, indicam que os números oficiais não alcançam 25% do total real de ocorrências.

Como início de solução, o senador citou o anúncio pelo ministro da Saúde, José Serra, da criação de um certificado de empresa saudável, que atestará a preocupação com o homem, com o trabalhador e com o meio ambiente. Ele acredita que isso representa o acompanhamento de uma tendência mundial.

— Da mesma maneira que sofrem restrições à exportação as empresas que provocam danos ao meio ambiente, também começam a sofrer-las as que descuidam da segurança e da saúde dos trabalhadores — disse Carlos Patrocínio.



Patrocínio alerta que os acidentes do trabalho são uma tragédia de grandes proporções em nível mundial

Saturnino elogia doação de obras de arte

Segundo o senador, a iniciativa do crítico Ricardo Cravo Albim de criar uma fundação e doar à instituição um imóvel deve ser vista como “verdadeiro exemplo de como uma pessoa pode participar da vida da cidade”

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) enalteceu ontem a decisão do crítico de arte Ricardo Cravo Albim de criar uma fundação com seu nome e doar à instituição o imóvel em que reside. Também foi doado todo o acervo de obras de arte e uma discoteca sobre música popular brasileira.

O parlamentar lembrou que o crítico é um “defensor constante e combativo da cultura e do bem-

estar” da população do Rio de Janeiro, “um verdadeiro exemplo de como uma pessoa pode e deve participar da vida da cidade”. Na opinião do senador, cumpre ao Legislativo apoiar gestos como esse, particularmente diante dos freqüentes atos de desvalorização da cultura brasileira.

Roberto Saturnino referiu-se a outros exemplos igualmente importantes de doação, citando

Walter Moreira Salles, Raimundo Castro Maia, Paschoal Carlos Magno e Roberto Burle Marx. E explicou que essas atitudes devem servir de inspiração para todos.

Ricardo Cravo Albim, informou o senador, doou à cultura do Rio de Janeiro uma magnífica residência, situada na encosta do Morro da Urca, que evoca a história da cidade e preserva os valores presentes na formação do povo brasileiro.



Roberto Saturnino lembrou vários casos importantes de doação na área cultural

Mauro propõe o uso de recursos do Fundo de Pobreza no Bolsa-Escola

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) propôs que o governo concentre no programa Bolsa-Escola os R\$ 4 bilhões dos recursos previstos para o Fundo de Pobreza. Este ano, observou o senador, o Orçamento da União destinou R\$ 1 bilhão para o



Mauro Miranda: a medida ampliaria significativamente o atendimento aos municípios

programa, mas o atendimento aos municípios seria “significativamente ampliado” se mais recursos tivessem sido previstos.

Para Mauro Miranda, se há consenso de que o Bolsa-Escola representa uma alternativa com-

provadamente eficaz no combate ao trabalho infantil e ao êxodo escolar, além de ser uma iniciativa efetiva de redistribuição de renda, nada justifica que não se concentrem esforços e recursos na ampliação do programa.

O senador informou que, no ano passado, Goiás teve apenas 29 municípios contemplados pelo programa. “São números modestos, se confrontados com as carências existentes.” Ele pediu ao governo que suplemente os recursos do programa de forma

a atingir todos os municípios do estado ainda este ano.

Mauro Miranda considera que é preciso esclarecer à sociedade sobre a forma de financiamento do Bolsa-Escola, para evitar que prefeitos e governadores “continuem tentando enganar a população, como ocorre em Goiás”. Segundo o parlamentar, os recursos do programa são oriundos exclusivamente do governo federal, retirados do Fundo de Pobreza.

As prefeituras, de acordo com o senador, ficam responsáveis apenas pela seleção das famílias a serem beneficiadas, respondendo legalmente pela veracidade das informações prestadas.

Antero destaca programa de combate às queimadas em Mato Grosso

Programa do governo de Mato Grosso de combate às queimadas e ao desmatamento está sendo tão bem-sucedido que deverá ser implementado em outros estados. A informação foi dada pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Ele relatou que há duas semanas o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, promoveu encontro entre o secretário de meio ambiente de Mato Grosso, Frederico Müller, e nove secretários de estados da Amazônia Legal para explicar a experiência.

De acordo com Antero, o programa é pioneiro e inovador, pois utiliza a mais avançada tecnologia disponível e já conseguiu apresentar “resultados surpreendentes”. As queimadas em Mato Gros-

so foram reduzidas em 56,8% no ano passado em relação a 1999. O desmatamento também foi menor, caindo numa proporção de 28% nos anos de 1998 e 1999. E a produção agrícola do estado continua em plena expansão.

O principal efeito benéfico do controle das queimadas, conforme acenou o senador, é a diminuição da fumaça, que atrapalha o trânsito aeronáutico e era motivo de fechamento dos aeroportos locais. A fumaça também é apontada como a causa do elevado índi-



Segundo Antero, o programa será implementado em outros estados

ce de doenças respiratórias detectadas durante o período da seca.

Antero de Barros explicou que o programa consiste na utilização de imagens de satélite em escala de aproximação, permitindo localizar com precisão onde ocorrem focos de incêndio.

As imagens são lançadas nos computadores da Secretaria de Meio Ambiente e então utilizadas nas ações dos fiscais do órgão. Cada agente tem conseguido vistoriar, em média, seis propriedades por dia, relata o parlamentar.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania* – O Sen. Eduardo Suplicy e o diretor do Instituto de Estudos Empresariais, Henri Siegert Chazan, falam sobre a crise social Brasileira
7h30 – *Entrevista* – O sen. Nilo Teixeira fala sobre as políticas de transporte urbano
8h – *Jornal do Senado* – O resumo das notícias do dia
8h30 – *Saúde/Unip* – Tirocôide
9h – *Comissão de Assuntos Sociais* – 12 itens. Entre eles o que permite que técnico de futebol exerça a função sem ser formado em Educação Física; E o de acesso gratuito do idoso às salas de cinema; (ao vivo)
Logo após – *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania* – votação de seis itens
14h30 – *Sessão Plenária* (ao vivo)
18h30 – *Comissão de Fiscalização e Controle* – Reunião para discussão e votação de 20 projetos (ao vivo)
Logo após – *Conselho de Ética* – Reunião para ouvir o Senador Luiz Otávio, nos autos da Denúncia n.º 1, de 2000
21h – *Jornal do Senado* – O resumo das notícias do dia
21h30 – *CPI do Futebol* – Senadores ouvem Antônio Gomes da Costa, presidente do Conselho Deliberativo

do Vasco da Gama, e Amadeu Pinto da Rocha, primeiro vice-presidente do Vasco (gravado)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9 – *Comissão de Assuntos Sociais*
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Em seguida – *A voz do Brasil*
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
24h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica – Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Freqüência: 3.644,4 MHz
• Freqüência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica – Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Freqüência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Souto condena projeto do governo para a transposição

Senador baiano afirma que a obra pode representar uma saída para o problema da seca no Nordeste, mas deve priorizar o atendimento ao consumo humano e não à agricultura. Por isso, disse, deve ser revisto

Favorável à idéia de transposição de águas do rio São Francisco, o senador Paulo Souto (PFL-BA) condenou o projeto apresentado pelo governo por entender que, neste, a agricultura seria a grande beneficiada, com 73% das águas desviadas sendo utilizadas para a irrigação. O projeto deve ser revisto, defendeu o senador, porque não visa atender ao consumo humano.

De acordo com o senador, o projeto vai garantir a irrigação de 200 mil a 300 mil hectares. Pouco, na sua opinião, principalmente se comparado ao mais de um milhão de hectares das margens do rio. Para Paulo Souto, "se o objetivo é estimular a agricultura em vez de acabar com a sede das populações do semi-árido, vale mais a pena investir na atividade produtiva ao



Souto estranha que o projeto não conte com financiamento de organismos internacionais

longo das margens do rio".

Orçado em R\$ 3 bilhões, o senador acha estranho que o projeto não conte com o financiamento de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O parlamentar acre-

ditada que, com um novo estudo para analisar a viabilidade econômica do projeto e alguma vontade política do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, essas instituições não fariam nenhuma objeção em apoiar a transposição do rio. Dessa maneira o projeto sairia mais rápido do papel, salientou.

Na avaliação dos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Tasso Rosado (PSDB-RN), a transposição não deve ser combatida e se justificaria mesmo que viesse a beneficiar uma quantidade reduzida de pessoas. Diante desses argumentos, Paulo Souto voltou a afirmar que vê no projeto uma saída para o problema da seca no Nordeste, ressaltando apenas que é preciso priorizar o atendimento às populações.



Carlos Wilson: "O governo se insurge contra a ação primária de lutar contra os desequilíbrios regionais"

Carlos Wilson vê extinção da Sudene como pretexto para acabar com incentivos fiscais

A proposta de extinção da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) esconde, na avaliação do senador Carlos Wilson (PPS-PE), um ataque do governo às políticas de incentivo fiscal que possibilitam às regiões menos desenvolvidas atrair investimentos. "Nossas autoridades econômicas, tão ciosas de seu modelo neoliberal, encontraram o pretexto definitivo para enterrar de vez a instituição do incentivo fiscal. Encontraram a forma definitiva de retirar o Estado de seu papel soberano de equilibrar o desenvolvimento", observou.

Citando pronunciamentos de outros senadores contra a extinção do órgão, Carlos Wilson apresentou dados que apontam para a necessidade de que o Estado mantenha uma política de incentivos às regiões menos desenvolvidas.

— Somente o saneamento da Banespa, em São Paulo, e o giro da dívida da prefeitura de São Paulo e do governo do estado de São Paulo consumiram o dobro de recursos que a União destinou ao Nordeste em 50 anos de Sudene — afirmou Carlos Wilson, citando pronunciamento do senador Gerson Camata (PMDB-ES).

O senador por Pernambuco disse que a idéia de extinguir as superintendências de desenvolvimento regional contraria a necessidade de criar empregos. "O governo se insurge contra a ação primária de lutar contra os desequilíbrios regionais e, não satisfeito em secar os poucos recursos que permite chegar ao Nordeste, ainda pretende eliminar esse modesto instrumento, lançando a região à crueldade do mercado", analisou.

Suassuna organiza reunião para elaborar manifesto

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) reúne hoje, às 20h, todos os senadores e deputados federais da bancada nordestina (incluindo ainda os estados de Minas Gerais e Espírito Santo), governadores e representantes da Justiça e assembleias legislativas da região, para discutir a questão da extinção da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A reunião, marcada para o restaurante do Senado, é uma reação dos parlamentares contra o fim da Sudene.

Durante a reunião, será elaborado um manifesto a ser entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, pedindo que

o governo estude outras opções.

— Considero acabar com a Sudene uma decisão muito simplista. Se existem irregularidades, temos que apurá-las e punir os culpados, e não simplesmente acabar com o órgão — afirmou Ney Suassuna.

O senador espera reunir 214 deputados e 33 senadores para discutir o assunto. Ele pregou a união de todos os nordestinos em defesa do órgão de desenvolvimento da região.

— Em 40 anos de existência da Sudene, os nove estados receberam menos verbas do que o Rio de Janeiro recebeu para a construção da ponte Rio-Niterói — comparou Suassuna, ao justificar a manutenção da Sudene.

Osmar Dias lê manifesto do PSDB em apoio a Fernando Henrique

Em nome da liderança do seu partido, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) fez a leitura da Carta de Belém, elaborada durante a reunião do PSDB realizada na capital paraense no dia 31 de março. No documento, governadores, ministros e líderes do partido re-



Osmar Dias anunciou novas reuniões do PSDB em Maceió e Goiânia

Na Carta de Belém, o PSDB também reafirma o compromisso com a defesa e a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal e repudia qualquer tentativa de descaracterizá-la. Segundo o documento lido por Osmar Dias, o partido se dedicará, a partir de agora, à elaboração de um novo projeto que presente um avanço no modelo brasileiro de Estado e nação.

Quando às eleições do próximo ano, o PSDB afirma que o calendá-

rio de atividades do partido sobre o assunto será definido pela nova direção nacional, e que as candidaturas só serão discutidas em 2002. Caberá ao Instituto Teotônio Vilela a responsabilidade de elaboração do programa nacional de governo que dará suporte ao candidato do partido e servirá de base para as alianças políticas.

Osmar Dias informou ainda que uma comissão designada pelo PSDB organizará seminário para discutir a questão urbana, considerada tema relevante da agenda nacional e ponto central do programa do partido. "Ficou ainda decidido que a próxima reunião se realizará no dia 28 de abril, em Maceió. A seguinte será em Goiânia, em data a ser definida", afirmou Osmar Dias ao encerrar a leitura da Carta de Belém.

Eduardo registra início de atividades do canal BandNews

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) registrou a instalação do canal de notícias 24 horas BandNews, que absorverá de imediato cerca de 250 funcionários. O novo canal já inicia suas atividades com 1,4 milhão de assinantes, investimentos de R\$ 6 milhões e faturamento previsto para este ano da ordem de R\$ 5 milhões.

O canal de notícias de TV por assinatura BandNews, que iniciou suas atividades no último dia 19, em São

Paulo, é um empreendimento da Rede Bandeirantes de Televisão, Directv e TVA, do grupo Abril. A cada 7,5 minutos serão apresentados noticiários com as informações mais atuais. Todo o tratamento da programação, informou o senador, será digitalizado e automatizado em todas as fases de produção, "o que confere pioneirismo nesse tipo de tratamento no país".

Eduardo afirmou que a Rede Bandeirantes de Televisão tem se nota-



Eduardo Siqueira Campos destaca que o novo canal absorve de imediato cerca de 250 funcionários

bilizado pelo equilíbrio e confiança de sua programação, "marca que lhe tem sido impressa desde o início por seu criador, João Saad".

Hartung repudia a decisão dos EUA de não acatar acordo contra efeito estufa

Ele diz que o anúncio feito pelo presidente George W. Bush pode causar “danos ao meio ambiente de conseqüências desastrosas” e defende a reabertura do diálogo em torno do Tratado de Kyoto

Em nome do PPS, o senador Paulo Hartung (ES) repudiou ontem a decisão do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, de não respeitar o Tratado de Kyoto. O acordo tem como finalidade reduzir o lançamento de dióxido de carbono na atmosfera, com o objetivo de diminuir o efeito-estufa.

Hartung disse que sua expectativa agora é a de que a manifestação de personalidades mundiais e o envio de missão especial da União Européia a Washington consigam convencer a Casa Branca a rever sua posição. O senador espera que seja reaberto o diálogo em torno do tratado.

Para o parlamentar, o recuo na execução do acordo soma-se a



Segundo Paulo Hartung, a decisão norte-americana diminuirá a competitividade dos países que reduzirem a emissão de poluentes

outras “atitudes estranhas” tomadas pelo presidente norte-americano em sua política externa, o que, na opinião de Hartung, desperta preocupação nas lideranças mundiais. O senador também se preocupa por acreditar que, diante do recuo de Bush, dificilmente outros países industrializados implementarão programas de re-

dução de poluentes.

Hartung explicou que os Estados Unidos são responsáveis pelo lançamento de 25% das 6 bilhões de toneladas de dióxido de carbono despejadas anualmente na atmosfera. Ele advertiu que essa decisão dos Estados Unidos pode acarretar, nos próximos anos, “danos ao meio ambiente de conse-

qüências desastrosas”.

Na opinião do senador, se todos os países cumprissem o acordo de Kyoto, os custos dessa operação se diluiriam igualmente. Mas, com o recuo do governo norte-americano, o país que vier a trabalhar na redução de poluentes na atmosfera perderá em competitividade.

Hartung lembrou que esse tratado foi assinado por países que se comprometeram a reduzir a emissão de dióxido de carbono até um nível de 5,2% abaixo das emissões registradas até 1990. E disse que o PPS comunga com a posição de ambientalistas que consideram a posição de George W. Bush um retrocesso na luta contra o aquecimento global.

Alcântara quer rediscussão das patentes farmacêuticas

Os direitos de patente dos laboratórios que pesquisam e produzem os remédios utilizados no programa brasileiro de combate à Aids precisam ser conciliados com a obrigação ética de “não deixar milhões sofrerem e morrerem apenas por serem pobres”. A afirmação foi feita pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao defender uma repactuação mundial de toda a questão que envolve direitos de patentes farmacêuticas e doenças que atingem grandes massas, bem como as epidemias que incorporam aspectos de urgência ou mesmo de tragédia extrema.

Ele ressaltou que a questão não se resume à Aids, epidemia com maior visibilidade do que as outras. E lembrou que a malária, que atinge principalmente populações pobres, também precisa de mais atenção dos grandes laboratórios farmacêuticos.

— É preciso que organismos internacionais como a ONU e a Organização Mundial da Saúde (OMS) sejam criativos e proponham soluções inovadoras que superem conflitos como os que o Brasil agora enfrenta — sugeriu o senador.

Alcântara destacou o programa brasileiro de combate à Aids como um modelo testado e pronto para ser adaptado e seguido por países pobres, onde a doença é um sério problema de saúde pública. O senador considerou curioso o fato de o sucesso do programa brasileiro ser maior no exterior do que no próprio país e apontou o que acredita ser o único risco do programa. Segundo ele, o sentimento de que o país está vencendo a epidemia pode levar a uma atitude de “baixar a guarda” e tornar o público menos atento aos perigos da doença. “O que deveríamos divulgar, cada vez mais, é a mensagem que vem se impondo nos últimos anos: há que se prevenir, há que se cuidar, há que ser prudente”, afirmou.



Alcântara: questão não se resume à epidemia de Aids

Ney Suassuna propõe prazo de cinco anos para adesão à Alca

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sugeriu ontem um prazo de cinco anos para a integração do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), de maneira que o país se conscientize das potencialidades de longo prazo e dos perigos imediatos dessa integração. Para o senador, o Brasil deve antes fortalecer-se e cuidar para que o



Suassuna: antecipação da Alca pode destruir a economia brasileira

Mercosul acompanhe solidariamente as negociações em torno da adesão à Alca. A Argentina, por exemplo, defende que a Alca seja antecipada de 2005 para 2003, lembrou.

Suassuna também previu que serão “complexas e duras” as negociações da Terceira Cúpula das Américas, marcada para os dias 20 a 22, em Quebec. O encontro reunirá 34 países, inclusive o Brasil, e a Alca é um dos assuntos da pauta.

Uma antecipação da Alca, na sua opinião, pode destruir a economia brasileira, por força de uma abertura acelerada de suas fronteiras à importação de bens e serviços. Além disso, é preciso ter certeza de que o Brasil terá real acesso aos merca-

dos dos outros países da área de livre comércio, sobretudo os Estados Unidos.

Conforme o senador, essas preocupações constam de estudo elaborado pela embaixada brasileira nos EUA, datado de novembro de 2000, em que são relatadas barreiras de todo tipo enfrentadas pelo Brasil. A demora das negociações para superá-

las foi destacada pelo senador.

Para ilustrar a complexidade dos conflitos internacionais, Suassuna disse que analistas especializados revelam que os temores dos EUA em relação às indústrias farmacêuticas brasileiras se devem ao medo de que as quebras de patentes feitas pelo Brasil “façam escola pelo mundo afora e prejudiquem em larga escala interesses americanos”.

Em aparte, Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que é cético quanto à Alca e defendeu que o país deve adiar indefinidamente essa decisão. Para Eduardo Suplicy (PT-SP), assim como o Senado norte-americano vem fazendo, o Senado brasileiro deve debruçar-se sobre o assunto.

Ricardo Santos protesta contra IPI sobre mármore e granito

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) protestou contra a decisão da Receita Federal de instituir uma alíquota de 10% de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os produtos das empresas processadoras de mármore e granito. Editada no dia 23 de março para vigorar a partir de 1º de abril, a medida, para o senador, foi “intempestiva” e tomada sem qualquer discussão com representantes do setor.

Ricardo Santos lembrou que, desde 1986, o segmento era isento de IPI, como forma de estimular sua atualização tecnológica e maior participação na construção civil e, principalmente, no mercado internacional. O setor reagiu bem, passando de US\$ 63 milhões em exportações, em 1990, para US\$ 269 milhões em 2000, afirmou.

O senador conclamou as bancadas dos estados produtores de mármore e granito — Bahia, Ceará, Paraíba, Minas Gerais e Espírito Santo — a unirem forças para que o Senado pressione as autori-



Santos: mudança foi “intempestiva” e sem discussão com o setor

dades federais, em especial a Receita, a rever a nova taxaço.

Ricardo Santos garantiu que a elevação dos custos tributários terá efeitos perversos em um setor que está adquirindo dinamismo no mercado internacional, além de aumentar os custos finais da construção civil, segmento fundamental para a geração de empregos e a retomada do crescimento econômico do país.

Em aparte, Paulo Hartung (PPS-ES) afirmou que “decisões como essa de taxar um setor, sem regra de transição, da noite para o dia, não fazem bem à democracia”.

Para Paulo Souto (PFL-BA), elevar a carga tributária de um setor emergente, justamente quando ele se moderniza e aumenta suas exportações, “não é bom para a economia do país”.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), por sua vez, lembrou que a produção de mármore e granito vem se apresentando como uma solução para áreas secas do Nordeste.